



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

1. OBJETO

1.1. Aquisição de material para elaboração dos elementos expográficos e demais objetos, idealizados pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), que serão utilizados na Exposição dos 90 Anos da Justiça Eleitoral, no Museu do TSE, bem como para proceder às adaptações e correções civis (alvenaria e pintura) necessárias para montagem do evento, consoante especificações, exigências e prazos deste Projeto Básico.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente demanda tem o escopo de atender a necessidade de providenciar insumos para concretização da Exposição dos 90 Anos da Justiça Eleitoral, que será realizada em 30 de maio corrente, no Museu do TSE.

2.2. A contratação visa, especificamente, adquirir materiais para confecção dos elementos necessários para compor o projeto expográfico do evento, idealizados pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), bem como para execução de demais adaptações e correções civis (alvenaria e pintura) no ambiente, de forma a viabilizar a montagem da exposição.

2.3. Em atendimento à solicitação desta unidade, em face da iminência da realização do evento, bem como ausência de solução diversa a ser apontada para atender a demanda, de forma mais vantajosa ao TSE, houve dispensa dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), pela autoridade competente deste Tribunal (SEI nº 2032997).

3. ESPECIFICAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Tabela - Aquisição por Item				
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Marca de Referência	Quantidade
1	Tinta Acrílica Premium Acetinado cor Branco Neve - lata 18 litros	Lata	Coral, Suvinil, Sherwin Williams	
2	Tinta acrílica <i>standard</i> fosca , para parede, cor branco neve - lata 18 litros			
3	Tinta acrílica <i>premium</i> acetinada, para parede, cor preta - Galão 3,2 litros			

3.1.1. Detalhamento do objeto:

3.1.1.1. Trata-se de aquisição de materiais para confecção dos elementos expográficos e demais objetos, que serão utilizados na Exposição dos 90 Anos da Justiça Eleitoral, no Museu do TSE, bem como para proceder às adaptações e correções civis (alvenaria e pintura) necessárias para montagem do evento.

3.1.2. A empresa deverá encaminhar proposta de preços especificando marca e modelo do produto ofertado.

3.1.3. Será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que atendam a todas as especificações exigidas neste Projeto Básico.

3.2. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.2.1. Os materiais/equipamentos deverão ser entregues no depósito da Seção de Gestão de Almoxarifado do TSE, situado na SAFS Quadra 7 Lotes 1/2, Brasília/DF, Ed. Sede, Subsolo, de segunda a sexta-feira, das 10 às 17 horas.

3.2.1.1. O prazo de entrega será de até 5 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da nota de empenho, por meio eletrônico, pela contratada. A nota de empenho será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada.

3.2.1.2. A contratada deverá enviar, previamente, mensagem eletrônica ao endereço sealm@tse.jus.br para fins de agendamento da entrega.

3.2.2. Ao Tribunal Superior Eleitoral fica reservado o direito de recusar de pronto o material que flagrantemente não esteja em conformidade com a descrição do item.

3.2.3. Os materiais/equipamentos deverão ser novos, não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de material/equipamento alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.

3.2.4. Os materiais/equipamentos devem ser entregues em embalagem original, sem avarias e respeitar toda legislação vigente referente ao objeto a ser fornecido.

4. RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. RECEBIMENTO

4.1.1. No momento da entrega do objeto será emitido o Termo de Recebimento Provisório - TRP por servidor ou comissão previamente designados, por meio das análises e conclusões dos quesitos previstos na Lista de Verificação correspondente, contida no Anexo II deste Projeto Básico.

- 4.1.1.1.** A contratada deverá entregar à Fiscalização Técnica todos os documentos necessários ao recebimento dos materiais previstos neste Projeto Básico, conjuntamente com a entrega do objeto.
- 4.1.2.** Após a emissão do TRP, o fiscal técnico ou comissão designada terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para emitir o Termo de Recebimento Definitivo - TRD e remeter o processo ao fiscal administrativo. O TRD compreenderá a verificação da conformidade do objeto aos termos contratuais, por meio das análises e conclusões dos quesitos previstos na Lista de Verificação correspondente, contida no Anexo II deste Projeto Básico.
- 4.1.2.1.** Identificada qualquer irregularidade pela fiscalização durante o recebimento do objeto, a Contratada deverá substituir os materiais reprovados e cumprir as obrigações pendentes no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação.
- 4.1.2.2.** Decorrido o prazo ou sanada a incorreção apontada pela fiscalização será reiniciado o prazo para emissão do TRD, nos termos do item 4.1.2.
- 4.1.2.3.** O TSE poderá rescindir a contratação caso o objeto entregue seja novamente reprovado.
- 4.1.2.4.** A contratada deverá recolher os materiais reprovados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. Caso não os recolha, poderão ser descartados ou doados. Eventuais evidências de descumprimento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, pela Contratada, constarão do TRD para viabilizar a apuração da importância exata a pagar.
- 4.1.3.** A fiscalização que será realizada pelo TSE não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

4.2. PAGAMENTO

- 4.2.1.** O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, a partir do atesto da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.
- 4.2.1.1.** O atesto do objeto contratado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto - NTA, conforme previsto na IN TSE nº 11/2021. O fiscal administrativo terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal, do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos em contrato para liquidação e pagamento da despesa.
- 4.2.1.2.** A Contratada deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida em contrato para liquidação e pagamento conjuntamente com a entrega do objeto.
- 4.2.1.3.** Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.
- 4.2.1.4.** Caso o valor contratado não seja superior a R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, a partir da apresentação da fatura, conforme § 3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

5. OBRIGAÇÕES

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1.1.** Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes deste Projeto Básico.
- 5.1.2.** Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução do objeto deste Projeto Básico.
- 5.1.3.** Informar, antes da formalização do instrumento contratual, o nome do responsável (preposto), os contatos de telefone, fax, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE, bem como manter os dados atualizados durante toda a fase de execução do objeto.
- 5.1.3.1.** Toda a comunicação referente à execução do objeto será realizada por meio do e-mail informado pela Contratada.
- 5.1.3.2.** É obrigação da contratada verificar diariamente a caixa de e-mail. A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada.
- 5.1.3.3.** A comunicação só será realizada de forma diversa quando prevista neste Projeto Básico, em tópico específico, quando a legislação exigir ou quando a contratada demonstrar ao fiscal os motivos que justifiquem a utilização de outra forma.
- 5.1.4.** Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do instrumento contratual.
- 5.1.5.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto do Projeto Básico.
- 5.1.6.** Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE, quando for o caso, recomendando-se o uso de uniforme da empresa, não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajas sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).
- 5.1.7.** Comunicar ao TSE, imediatamente, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.

5.1.8. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

5.1.9. Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas para a contratação.

5.1.9.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

5.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

5.1.10.1. A inadimplência da contratada com referência aos encargos suportados não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato.

5.1.10.2. No caso de fornecimento de bens importados, a contratada deve apresentar a documentação que comprove a origem dos bens e a quitação dos tributos de importação a eles referentes.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.2.2. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

5.2.3. Designar servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.

5.2.4. Permitir que os funcionários da contratada, desde que devidamente identificados, tenham acesso aos locais de entrega.

5.2.5. Recusar qualquer material entregue em desacordo com as especificações constantes desse Projeto Básico ou com defeito.

5.2.6. Efetuar o pagamento à contratada, segundo as condições estabelecidas nesse Projeto Básico.

5.3. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.3.1. Comprovar, antes da assinatura do contrato, de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravos (Portaria Interministerial MTPS/MM/IRDH nº 4/2016).

5.3.1.1. A comprovação deverá ser efetuada a partir da consulta a lista de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo a Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, no sítio eletrônico (https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

5.3.2. Comprovar, antes da assinatura do contrato, de não ter sido condenada, a contratada e seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções da OIT, no art. 29 e no art. 105.

5.3.2.1. Deverá ser apresentada a Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa") **da Justiça Federal e da justiça comum** para a contratada e seus dirigentes.

5.3.3. O material utilizado na embalagem dos itens fornecidos deve atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010. Conforme dita o art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

5.3.3.1. Disponibilizar produtos com embalagens marcadas com a simbologia de identificação dos materiais, conforme *ABNT NBR 16182:2013 - Embalagem e acondicionamento — Simbologia de orientação de descarte seletivo e de identificação de materiais*. Em se tratando de embalagens plásticas, adota-se a simbologia contida na *ABNT NBR 13230 - Embalagens e acondicionamentos plásticos recicláveis — Identificação e simbologia*.

5.3.4. Apresentação, conjuntamente com a proposta de fornecimento, do comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) do Ibama, relacionados às categorias e atividades listadas abaixo, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade (CR) válido:

5.3.4.1. Itens de 1 a 3 - Categoria 15 - Indústria Química;

5.3.4.2. Caso a proponente não seja fabricante do produto, mas, sim, revendedora, distribuidora ou lojista em geral e, por conseguinte, não desempenhe diretamente atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, fugindo, portanto, da obrigação de registro diante da instituição responsável, deverá apresentar o registro ou a certificação do fabricante fornecedor do produto

5.3.4.3. Caso o produto ofertado seja fabricado fora do país e sua importação não esteja enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa Ibama nº 06/2013 como atividade potencialmente poluidora e, portanto, esteja isenta de inscrição no CTF/APP do Ibama, deve-se apresentar declaração de que o produto não é fabricado no Brasil, com as devidas documentações comprobatórias.

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:		E-mail:	
Endereço:	Cidade:	CEP:	
Tabela - Aquisição por Item			
Item	Descrição*	Marca/Modelo e demais observações	Unidade de Fornecimento
1	Tinta acrílica <i>premium</i> acetinada, para parede, cor branco neve - lata 18 litros	Coral, Suvinil, Sherwin Williams	Lata
2	Tinta acrílica <i>standard</i> fosca, para parede, cor branco neve - lata 18 litros		
3	Tinta acrílica <i>premium</i> acetinada, para parede, cor preta - Galão 3,2 litros		
* A empresa deve detalhar a especificação do objeto a ser fornecido.			
Declarções: i) Esta empresa declara que nos preços propostos acima estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza inc ii) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Projeto B			
Validade da Proposta: O prazo de validade desta proposta é de (<não inferior a 60 dias>) dias.			
Local e data.			
_____ Nome do Responsável Legal Cargo/Função			

ANEXO II - LISTAS DE VERIFICAÇÃO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO			
Processo SEI Relacionado: 2022.00.000004955-2.			
Nota de Empenho:			
Contratada:			
CNPJ nº:			
Objeto: Aquisição de material para elaboração dos elementos expográficos e demais objetos, idealizados pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), que serão utilizados na Exposição dos 90 Anos da Justiça Eleitoral, no Museu do TSE, bem como para proceder às adaptações e correções civis (alvenaria e pintura) necessárias para montagem do evento, consoante especificações, exigências e prazos deste Projeto Básico.			
Fiscalização: Memorando nº (SEI nº)			
Fiscal Técnico Titular:			
Fiscal Técnico Substituto:			
LISTA DE VERIFICAÇÃO			
ITEM	ANÁLISE DOS ASPECTOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA:	SIM	NÃO
1	Os materiais foram entregues dentro do prazo previsto?		
2	No caso de reprovação dos materiais entregues, estes foram substituídos nos prazos previstos?		
3	A quantidade dos itens ou volumes entregues corresponde ao descrito na nota fiscal?		
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS			
RECEBIMENTO PROVISÓRIO DO OBJETO			
Diante da entrega dos bens pela CONTRATADA e observada a posterior avaliação detalhada dos aspectos quantitativos e qualitativos a ser efetuada durante o Recebimento Definitivo, essa fiscalização decide por:			
RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO, RESSALVADAS EVENTUAIS OCORRÊNCIAS DESCRITAS NESTE DOCUMENTO.			
NÃO RECEBER PROVISORIAMENTE O OBJETO.			

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO		
Processo SEI Relacionado: 2022.00.000004955-2.		
Nota de Empenho:		
Contratada:		
CNPJ nº:		
Objeto: Aquisição de material para elaboração dos elementos expográficos e demais objetos, idealizados pela Secretaria de Gestão da Informação e do Conhecimento (SGIC), que serão utilizados na Exposição dos 90 Anos da Justiça Eleitoral, no Museu do TSE, bem como para proceder às adaptações e correções civis (alvenaria e pintura) necessárias para montagem do evento, consoante especificações, exigências e prazos deste Projeto Básico.		
Fiscalização: Memorando nº (SEI nº)		
Fiscal Técnico Titular:		
Fiscal Técnico Substituto:		
ITEM	CRITÉRIO DE CONFERÊNCIA	SIM NÃO
1	ASPECTOS QUANTITATIVOS DA AQUISIÇÃO:	
1.1	A quantidade do material entregue corresponde à totalidade do previsto para cada Item no Projeto Básico? Em caso negativo, descrever o material e a quantidade desse, que foi entregue em divergência do previsto no Relatório de Ocorrência	
2	ASPECTOS QUALITATIVOS DA AQUISIÇÃO:	
2.1	A marca dos materiais entregues correspondem à marca de referência indicadas neste PB, e na proposta do fornecedor? Em caso negativo, descrever o material e a marca desse, que foi entregue em divergência do previsto no Relatório de Ocorrência	
2.2	No caso de terem sido entregues materiais, cujo as marcas não correspondem as marcas de referência indicadas neste PB, os materiais atendem todas especificações previstas neste PB? Em caso negativo, descrever o material e especificação desse que não atende a especificação prevista no Relatório de Ocorrência	
2.3	Os materiais entregues, independente da marca, estão em conformidade com as especificações neste Projeto Básico? Em caso negativo, descrever o material e especificação desse que não atende a especificação prevista no Relatório de Ocorrência	
3	OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:	
3.1	O valor dos produtos descrito na nota fiscal corresponde ao previsto na contratação? Em caso negativo, descrever o produto, cujo valor difere da nota fiscal e o respectivo valor no Relatório de Ocorrência	
3.2	O CNPJ constante da nota fiscal corresponde ao expresso no empenho? Em caso negativo, descrever a divergência no Relatório de Ocorrência	
HOUVE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES? SEI nº:		
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS		
RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO		
Efetuada a análise de conformidade do objeto com as especificações do Projeto Básico e/ou do Contrato, quanto aos aspectos quantitativos, qualitativos e de obrigações contratuais, a fiscalização decide por:		
<input type="checkbox"/> RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO		
<input type="checkbox"/> NÃO RECEBER DEFINITIVAMENTE O OBJETO		

ANEXO III - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO

DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO	
A empresa Nome da Empresa , com sede na Endereço da empresa , na cidade de Cidade , (UF), CNPJ nº 000.000.000/0000-0 , neste ato representada pelo seu Cargo do Representante , Senhor(a) Nome do Representante portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Representante , CPF nº CPF do Representante , em atenção ao art. 44 da IN MPDG nº 5/2017, DESIGNA, o(a) Senhor(a) Nome do Colaborador , portador(a) da Carteira de Identidade nº Identidade do Colaborador , CPF nº CPF do Colaborador , para atuar como preposto no âmbito do Contrato TSE nº xx/xxxx .	
2. O preposto designado representará a empresa perante o Tribunal Superior Eleitoral, zelará pela boa execução do objeto contratual, exercendo os seguintes poderes e deveres:	
a)	Ser acessível ao Contratante, por intermédio de número de telefones fixo e celular informado neste formulário.
b)	Acatar as recomendações efetuadas pelo fiscal do contrato.
c)	
3. A comunicação entre o preposto e o Tribunal Superior Eleitoral será efetuada por meio dos telefones fixo (DDD) 00000-0000 e celular (DDD) 00000-0000 ou do e-mail email@email.com.br .	
4. A Nome da Empresa compromete-se a manter atualizados, durante toda fase de execução da contratação, os contatos de telefone e e-mail para comunicação com o Tribunal Superior Eleitoral.	

MARCO ANTONIO FERREIRA DE SOUSA
ASSISTENTE IV



Documento assinado eletronicamente em **06/06/2022, às 15:57**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2061326&crc=26F2F0BB)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2061326&crc=26F2F0BB](https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2061326&crc=26F2F0BB), informando, caso não preenchido, o código verificador **2061326** e o código CRC **26F2F0BB**.